

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 17/2012

Período: 26/05/2012 – 01/06/2012

GEDES – Brasil

- 1- Jornal divulga dados sobre mortes provocadas por guerrilheiros de esquerda durante o regime militar e filósofo critica informações não divulgadas na reportagem
- 2- Regime militar não é abordado em Encontro de Historiadores Militares
- 3- Ex-agentes da repressão do regime militar ainda atuam em serviço público e serão investigados pela Comissão da Verdade paulista
- 4- Após entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação jornal encontra dificuldade ao fazer pedidos por documentos
- 5- Camponeses da região do Araguaia aguardam pelos trabalhos da Comissão da Verdade para esclarecimento de fatos e localização de corpos
- 6- Colunas opinativas sobre a Comissão da Verdade
- 7- Lançamento do livro Memórias de uma Guerra Suja
- 8- Possíveis cemitérios clandestinos usados no período do regime militar serão isolados pelo governo federal para futuras investigações
- 9- Operação de segurança da Rio+20 contará com 20 mil homens
- 10- Governo federal determina divulgação de salários de militares
- 11- Força Aérea simula conflito aéreo em fronteira com a Venezuela

1- Jornal divulga dados sobre mortes provocadas por guerrilheiros de esquerda durante o regime militar e filósofo critica informações não divulgadas na reportagem

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, não há um número exato de mortes civis e militares provocadas pelos militantes de esquerda durante o regime militar (1964-1985). O grupo Terrorismo Nunca Mais, que surgiu em contraposição à Organização Não Governamental Tortura Nunca Mais, e se intitula como "um punhado de democratas civis e militares inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas", calcula que o número seja em torno de 120 mortos. Também não existe um número exato com as mortes causadas pelos militares que atuaram na repressão aos grupos de esquerda, cujos números variam de 356, número listado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a 426, segundo familiares dos mortos e desaparecidos. A morte de civis ocorreu em grande parte nas cidades e por explosões provocadas por bombas. Isto porque a luta armada das organizações de esquerda, que se deu tanto no campo quanto em cidades, teve maior expressão nestas últimas, onde as ações foram mais intensas e eficazes. O auge dos conflitos entre militantes e militares foi entre 1968 e 1974, período alcunhado como "guerra" por ambas as partes. Enquanto os primeiros se denominavam "guerrilheiros", os militares os chamavam de "terroristas". Entre as ações provocadas pela esquerda mencionadas pela *Folha* está a explosão de uma bomba no aeroporto de Guararapes, na cidade do Recife, a qual levou duas pessoas a óbito e deixou 14 feridos, entretanto, seu objetivo era matar o general Artur da Costa e Silva, que viria a se tornar o segundo presidente do regime militar no Brasil. Dentre

os grupos de guerrilha urbana que mais se destacaram estão a Aliança Libertadora Nacional (ALN), fundada pelo ex-deputado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Carlos Marighella, e que teve como um de seus militantes o ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), fundada pelo ex-capitão do Exército Carlos Lamarca. De acordo com a *Folha*, os grupos foram responsáveis pela morte de civis e militares, dentre eles alguns estrangeiros, durante o período em que atuaram. Em coluna opinativa da *Folha*, no dia 29/05/12, o filósofo e jornalista Vladimir Safatle declarou que a reportagem publicada pelo jornal teve como importância a disponibilização de informações aos leitores sobre tal “momento sombrio da história brasileira”, contudo ressaltou o problema em relação a informações não publicadas, principalmente no que tange ao fato de que “os membros da luta armada que se envolveram em tais mortes foram julgados, condenados e punidos. Eles nunca foram objeto de anistia. A Lei da Anistia não cobria tais crimes. Por isso eles ficaram na cadeia depois de 1979, sendo posteriormente agraciados com redução de pena”. Safatle também comentou sobre o sentido de “terrorismo”, que significa “atos indiscriminados de violência contra populações civis”, não podendo determinar, assim, que as ações descritas da luta armada são terroristas, visto que “a própria reportagem reconhece que as vítimas civis não eram os alvos”. Destacou ainda que a ação no aeroporto de Guararapes não foi um ato de terrorismo, mas um “tiranocídio”, lembrando que na tradição liberal isso é legítimo, destacando a obra Segundo Tratado sobre o Governo de John Locke. Com a instauração da Comissão da Verdade, esperava-se, segundo Safatle, reportagens sobre empresas financiadoras de crimes contra a humanidade, centros de assassinatos, entrevistas com jovens organizadores de manifestações e filhos de guerrilheiros assassinados, contudo existe uma propensão jornalística para dar voz a torturadores que se colocam como “defensores da pátria contra a ameaça comunista” e acreditam que os crimes realizados no regime militar se anulam comparados aos da luta armada. (Folha de S. Paulo – Poder – 27/05/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 29/05/12)

2- Regime militar não é abordado em Encontro de Historiadores Militares

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, durante o Encontro de Historiadores Militares, realizado na Academia Militar das Agulhas Negras, nos dias 18 a 20 de maio, o período do regime militar brasileiro (1964-1985) não foi abordado como tema por nenhum dos militares historiadores e acadêmicos presentes. Questionando-se sobre ser um tema “tabu”, o jornal abordou alguns presentes no evento e obteve pouco êxito nas respostas. Militares alegaram que, como muito dos atores que participaram do regime ainda estão vivos e pelo fato dos militares da ativa não poderem ter posicionamento político, falar abertamente sobre o assunto é “complicado”. (Folha de S. Paulo – Poder – 27/05/12)

3- Ex-agentes da repressão do regime militar ainda atuam em serviço público e serão investigados pela Comissão da Verdade paulista

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, um levantamento realizado pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo, que cruzou listas de torturadores da época do regime militar (1964-1985), elaboradas por

organizações de defesa dos direitos humanos, com os nomes dos policiais em ativa do estado de São Paulo, mostrou que dois dos acusados de atuar como “agentes da repressão” continuam a trabalhar no serviço público. São eles o delegado da Polícia Civil de São Paulo, do Departamento de Investigações sobre Crime Organizado, Carlos Alberto Augusto, e o integrante da Polícia Civil do estado que atua em um “cargo burocrático” na seccional da cidade de Presidente Prudente, Dirceu Gravina. Segundo a *Folha*, Augusto é ex-agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), acusado de envolvimento em desaparecimentos e torturas, destacando-se sua participação na organização do massacre da chácara São Bento em 1973, onde seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foram executados. Durante sua permanência no Dops, entre 1970 e 1977, o atual delegado foi chefiado por um dos nomes mais associados às mortes e torturas do regime militar, o falecido delegado do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury. Em entrevista ao jornal, Augusto disse que “Fleury é um verdadeiro herói nacional”. No episódio de São Bento, trabalhou como agente duplo infiltrado na VPR, juntamente com o cabo José Anselmo dos Santos, seu amigo próximo. Apesar de admitir ter participado da logística da operação, o delegado nega ter atirado nos militantes, afirmando que somente cumpriu com seu “dever funcional”, sem participação em nenhum crime. Testemunhos de presos políticos alegam que Carlos Alberto Augusto também estaria envolvido no desaparecimento do ex-marinheiro Edgard Aquino Duarte, ocorrido em 1973, que segundo o dossiê Direito à Memória e à Verdade, elaborado em 2007 pela Presidência da República, desapareceu após marcar um encontro com o cabo Anselmo dos Santos. Já Dirceu Gravina foi membro do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo e também citado em casos de tortura e suspeita de envolvimento na morte de presos políticos. Em seu período de atuação no DOI-Codi serviu ao coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, também um dos mais notórios ex-agentes da repressão e considerado torturador pela Justiça. Gravina e Ustra foram denunciados pelo Ministério Público Federal pelo sequestro qualificado do bancário e sindicalista Aluizio Palhano, em 1971, ação que foi rejeitada pela Justiça. Os ex-presos políticos detidos no DOI-Codi de São Paulo, Altino Dantas e Lenira Machado, denunciaram Gravina formalmente pela morte de Palhano, alegando morte após tortura com o consenso de Ustra. Segundo o jornal, o grupo Tortura Nunca Mais também aponta Gravina pelas mortes de Lauriberto Reyes e Alexânder Verões, ocorridas em 1972. Por fim, o atual deputado do estado de São Paulo e presidente da Comissão da Verdade paulista, Adriano Diogo, afirmou que Dirceu Gravina o prendeu em 1973 e o agrediu fisicamente. A *Folha* publicou ainda que Augusto e Gravina negaram participação criminal, porém ambos são alvo de investigações pela Comissão da Verdade paulista, órgão instalado em fevereiro de 2012 pela Assembleia Legislativa a fim de investigar torturas, mortes e desaparecimentos ocorridos no estado de São Paulo. O presidente da Comissão paulista adiantou que pedirá afastamento dos dois delegados “para mostrar aos jovens oficiais que a tortura não é compatível com a atividade policial”. Militares da reserva e ex-policiais criticaram a imparcialidade de Diogo, uma vez que este é ex-presos político e investiga seu possível torturador. A Comissão da Verdade paulista difere da Comissão da Verdade nacional no período estudado, pois investigará atos ocorridos somente no período do regime militar, ou seja, os anos de 1964

a 1985, enquanto a segunda investigará violações de direitos humanos de 1946 a 1988. A *Folha* apontou também que nos próximos anos a Comissão da Verdade nacional também analisará a atuação dos agentes paulistas e que a parceria entre as duas comissões já foi firmada. O advogado José Paulo Cavalcanti Filho, membro da comissão nacional, disse que “as investigações estaduais são fundamentais para municiar o trabalho federal”. O debate acerca de Augusto e Gravina levantou a questão sobre a legitimidade de agentes acusados de crimes aos direitos humanos continuarem a trabalhar para o Estado democrático. O diretor do Instituto Brasil no King's College, na cidade de Londres, na Inglaterra, Anthony Pereira, destacou que “se a Polícia Civil tem dois torturadores, isso é nocivo do ponto de vista do Estado de direito” e também que “a Lei da Anistia não entraria nessa questão porque trata de responsabilidade criminal, e não de permanência em cargos públicos”. (Folha de S. Paulo – Ilustríssima - 27/05/12)

4- Após entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação jornal encontra dificuldade ao fazer pedidos por documentos

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa recusou-se a responder a pedidos do jornal, feitos no dia 16/05/12, a fim de obter informações sobre os 41 guerrilheiros presos e fuzilados na Guerrilha do Araguaia (1972-1975), o atentado ao Riocentro (1981) e a morte do jornalista Vladimir Herzog (1975). Os pedidos foram feitos quando a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, entretanto, sobre a Guerrilha do Araguaia, *O Estado* afirmou que recebeu a resposta de que não foram encontrados documentos sobre o assunto, sendo que em 1993 as Forças Armadas teriam entregado ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, um dossiê contendo informações sobre os guerrilheiros. O jornal criticou a “má vontade” do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do ministério em responder aos pedidos de informação, lembrando ainda que em 2008 foi entregue ao militar da reserva José Vargas Jimenez um relatório sobre sua atuação na Guerrilha do Araguaia, incluindo informações coletadas no arquivo que o SIC afirma não existir. Caso parecido ocorreu com a busca de documentos sobre Herzog. O periódico apontou as contradições no discurso militar, que afirma a inexistência de registros sobre o período do regime militar (1964-1985), além de contradições em anúncios da Aeronáutica sobre a data e o local da queima dos documentos. Para o ativista do Movimento Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, “é mentira dizer que os arquivos não existem. Uma das primeiras missões da Comissão da Verdade é bater a porta dos quartéis e pendurar o bilhete no pescoço do tigre”. *O Estado* ainda destacou que o SIC do Ministério da Defesa pretende contabilizar como “respostas” as comunicações de inexistência de dados. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/05/12)

5- Camponeses da região do Araguaia aguardam pelos trabalhos da Comissão da Verdade para esclarecimento de fatos e localização de corpos

Conforme noticiou o periódico *Correio Braziliense*, um grupo de camponeses da região onde se deu a Guerrilha do Araguaia (1972-1975) pede ao governo aprofundamento na história desse episódio. Muitos desses camponeses afirmam ter sido vítimas ou possuir parentes vitimados no decorrer do confronto

entre militares e esquerdistas. O diretor da Associação Torturados da Guerrilha do Araguaia, Sezotrys Costa, afirmou que a Comissão da Verdade deve focar-se na chamada Operação Limpeza, ocorrida em 1975, na qual os militares tomaram medidas para esconder as marcas das violências cometidas na região. Costa apontou que dentre os abusos estava a obrigatoriedade da população em comunicar às delegacias ao se deslocarem da região do conflito, não tendo o direito de ir e vir. Quanto à principal demanda do grupo, que é descobrir o paradeiro dos desaparecidos, o diretor da associação afirmou ainda que existem documentos nos arquivos públicos dos estados de Goiás, Maranhão, Pará e Tocantins que podem contribuir para encontrar os corpos. Desde 2009 o Ministério da Defesa criou um grupo de trabalho formado por vários órgãos para realizar escavações a procura de ossadas dos desaparecidos, mas até o momento apenas duas foram localizadas. (Correio Braziliense – Política – 28/05/12)

6- Colunas opinativas sobre a Comissão da Verdade

Em coluna publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 26/05/12, o professor emérito de faculdades privadas, da Escola Superior de Guerra e da Escola de Comando Maior do Exército, Ives Gandra Silva Martins, afirmou haver algumas incoerências entre a formação da Comissão da Verdade e sua função, a de buscar uma verdade histórica. Para Martins, o fato de não haver nenhum historiador dentre os integrantes do colegiado dificulta a produção de um trabalho que contenha rigor científico. Além disso, esses membros estiveram envolvidos com assuntos políticos no período a ser estudado (1946-1988), o que pode prejudicar a adoção de uma postura neutra de sua parte. A terceira crítica é a de que alguns membros pretendem que a verdade seja buscada de forma “seletiva”, ou seja, somente as violações dos direitos humanos cometidos pelo governo devem ser investigadas, em detrimento dos crimes cometidos por militantes da esquerda que, segundo Martins, muitas vezes eram ainda mais belicosos que os próprios militares do regime militar (1964-1985). Alguns militantes, por terem uma formação em Cuba, não defendiam a democracia, se não uma “ditadura do proletariado”, que poderia ter sido ainda mais violenta que o regime militar. Martins ainda afirmou que a redemocratização brasileira aconteceu graças a Ordem dos Advogados do Brasil, que apoiou a aprovação da Lei da Anistia (1979) e, com isso, amenizou o conflito entre civis e militares. Finalmente, o professor apontou que um país que busca olhar para o futuro não deve remoer o passado, e que a história certamente será contada no futuro com imparcialidade pelos historiadores. Já em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 28/05/12, o jornalista Clóvis Rossi elogiou a atitude da presidente da República, Dilma Rousseff, ao conduzir a instauração da Comissão da Verdade, sendo que os trabalhos a serem realizados fazem-se necessários por não ter ocorrido no processo histórico brasileiro atitude semelhante e haver a necessidade de um processo de “purificação da memória”, garantindo o que, para o jornalista, é o mais básico dos direitos humanos, a verdade, e, se possível, o “mais sagrado e ancestral direito, que é o de honrar e sepultar seus próprios mortos”. Rossi ainda salientou a importância do processo não ser encarado como uma “desforra”, e a necessidade de conduzi-lo pela reconciliação, esta que só se daria pela “ética do perdão”. Afirmou ainda que, para manter a coesão deste

processo, um dos lados deveria ceder e Rousseff está administrando esse processo muito bem. Finalmente, em coluna opinativa publicada pelo jornal *O Estado*, em 31/05/12, o deputado federal Alfredo Sirkis afirmou que a Comissão da Verdade apenas será útil se puder produzir “elementos de reflexão” para que as próximas gerações evitem repetir o que ocorreu durante o regime militar e entendam o contexto histórico sócio-político da época, que “transformaram instituições militares em máquinas de repressão, monopolizaram o poder, impuseram a censura, liquidaram as eleições e promoveram um modelo de crescimento injusto e concentrador de renda cujas sequelas persistem”. Sirkis alegou que são legítimos de análise na Comissão “os nossos erros, suas consequências e tudo o que resultou da nossa ideologia de então”, mas que não há necessidade em continuar afirmando o que já é de conhecimento de todos, ou seja, que ocorreram desaparecimentos, torturas e morte durante o regime militar, sabendo-se inclusive quem os praticou. O deputado citou exemplos de outros países que passaram por um regime militar, tais como a Argentina e o Chile, que decidiram julgar alguns dos agentes, mas alegou que não vê como “politicamente positivo para o Brasil de hoje anular a anistia recíproca para julgá-los 40 anos mais tarde”, pois isso abriria espaços para a extrema direita. Afirmou ainda que tem dúvidas quanto ao presidente civil João Goulart, que precedeu o regime militar, pois acredita que seu governo havia se tornado “disfuncional, incompetente e fragilizado”, por cometer uma série de erros políticos que permitiram a tomada de poder pelos militares. Sirkis enfatizou ainda que não houve uma ação unificada de combate ao regime, apenas uma “ação armada socialmente isolada”, e citou o movimento armado Vanguarda Popular Revolucionária que, em um determinado momento, “tinha menos de 20 combatentes e duas metralhadoras”. Sirkis acredita ainda que, em alguns casos, a guerrilha urbana deve ser responsabilizada por certos crimes como, por exemplo, os assassinatos daqueles que queriam desligar-se dos movimentos revolucionários e eram vistos como traidores ou ainda nos casos de roubos cometidos a “pessoas alheias a todo aquele conflito”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 28/05/12; O Estado de S. Paulo – Opinião – 26/05/12; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 31/05/12)

7- Lançamento do livro Memórias de uma Guerra Suja

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o livro *Memórias de uma Guerra Suja*, que tem como autores os jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, foi lançado no dia 30/05/12, no Centro Cultural Banco do Brasil, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O livro contém relatos do ex-agente do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Cláudio Guerra, sobre cemitérios clandestinos, mortes e desaparecimentos de pessoas que foram perseguidas durante o período do regime militar (1964-1985). Guerra revelou na obra a sua participação em assassinatos, como o do ex-líder do Partido Comunista Brasileiro, Nestor Veras, além da queima de corpos em uma usina de açúcar localizada no município do Rio de Janeiro. O jornal enfatizou que “Guerra certamente será um dos depoentes da Comissão da Verdade”. (*Correio Braziliense* – Nas entrelinhas – 30/05/12)

8- Possíveis cemitérios clandestinos usados no período do regime militar serão isolados pelo governo federal para futuras investigações

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, foi determinado pelo Ministério da Justiça o isolamento de áreas suspeitas de terem sido usadas como cemitérios clandestinos durante o regime militar (1964-1985), com a finalidade de resguardar provas dos assassinatos cometidos por agentes da repressão durante o período. De acordo com a deputada federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e presidente da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, Luiza Erundina de Sousa, "se quisermos de fato chegar à verdade, é preciso ter cuidado com todas as possíveis fontes de informação". A Polícia Federal (PF) será a responsável por resguardar os locais. Dentre os cemitérios clandestinos a serem isolados está um na região metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, onde o ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Cláudio Guerra, revelou estar enterrado o corpo do ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado, Nestor Vera, sequestrado por agentes estatais em 01/04/75. Há cerca de um mês, agentes da PF foram ao local verificar, entretanto, não deram prosseguimento às investigações, o que levou o presidente do Fórum Mineiro de Direitos Humanos a solicitar ao governo federal o isolamento da área por temor de que a mesma possa ter sido violada. (*Correio Braziliense – Política – 01/06/12*)

9- Operação de segurança da Rio+20 contará com 20 mil homens

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, serão utilizados 20 mil homens das forças de segurança para atuar na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Anteriormente, a operação contava com 15 mil homens, mas, segundo *O Estado*, no dia 30/05/12 foi anunciado que outros 5 mil militares da Força Aérea Brasileira (FAB) estarão envolvidos nas operações das Bases do Galeão, Santa Cruz e dos Afonsos. Segundo os jornais durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 (Eco-92), também no Rio de Janeiro, ao menos 27 mil homens foram utilizados para a segurança do evento. Para o general Adriano Pereira Junior, chefe do Comando Militar do Leste (CML) e coordenador do esquema de segurança da conferência de 2012, a redução no contingente deve-se à pacificação das favelas do Rio de Janeiro. A principal preocupação é o Complexo da Maré, conjunto de 22 favelas que intermedia o aeroporto Antônio Carlos Jobim e o centro da cidade. Ao contrário do que foi feito durante a Eco-92, não ocorrerá a ocupação de favelas próximas aos locais do evento ou do trajeto feito pelas autoridades. De acordo com *O Estado* a Operação Rio+20 se iniciará no dia 05/06/12, quando o centro de convenções Riocentro, que abrigará o evento, será entregue à Organização das Nações Unidas (ONU). A segurança no interior do Riocentro ficará a cargo da própria ONU, com reforços de militares da 4.^a Brigada de Infantaria Motorizada do Exército. A estimativa dos custos da operação girava em torno de R\$150 milhões, mas, até o momento, apenas R\$ 132 milhões foram utilizados. O policiamento das ruas contará com tropas das Forças Armadas e da Polícia Militar, as delegações serão acompanhadas por 416 batedores e a escolta de 52 times de agentes policiais e da tropa militar.

Serão empregados blindados do Exército como abrigo aos militares que estiverem nas ruas. O Exército se concentrará nas ruas entre o Aeroporto Santos Dumont e a região de Jacarepaguá, onde localiza-se o Riocentro. Navios da força naval e mergulhadores de elite do Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC) atuarão na orla da cidade. Ainda de acordo com *O Estado*, o controle do tráfego aéreo será conduzido pelo Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea, próximo ao Aeroporto Santos Dumont, que irá atender os voos específicos da conferência (estimados em 63 aeronaves). Além disso, 29 helicópteros irão monitorar a distância entre o aeroporto e o local das reuniões, transmitindo imagens em tempo real ao Centro de Coordenação de Operações de Segurança, que já foi montado no CML. A FAB manterá caças supersônicos F-5M e aviões A-29 Super Tucano armados, prontos para decolar em eventuais intercepções ou abates, caso alguma aeronave desconhecida adentre na zona de exclusão seletiva, declarada durante o evento. Alguns combatentes de elite ficarão responsáveis pela prevenção e reação a ataques de terroristas e uma equipe se ocupará em caso de agressão química ou bacteriológica. Além disso, no campo das ações estarão de 3 a 4 mil militares das Forças Especiais, que tem seu trabalho mantido sob sigilo. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/05/12; O Estado de S. Paulo – Vida – 29/05/12; O Estado de S. Paulo – Vida – 31/05/12)

10- Governo federal determina divulgação de salários de militares

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 28/05/12 o governo promulgou no Diário Oficial da União portaria interministerial determinando a publicação dos salários de todos os membros do Executivo, até o dia 30/06/12, mesmo com a oposição dos sindicatos e associações de servidores. O regulamento foi assinado pelos ministros do Planejamento, da Fazenda, da Defesa e da Controladoria-Geral da União, buscando-se uma maior transparência na administração pública federal. Tal determinação vale também aos militares, porém com um prazo maior. As verbas remuneratórias dos militares das Forças Armadas deverão ser publicadas até 30/07/12 e as indenizatórias, civis e militares, até 30/08/12. Empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pela União também divulgarão os salários a partir de 30/07/12. A Lei de Acesso à Informação obriga os órgãos públicos a publicarem informações institucionais e financeiras, menos as sigilosas, dentre as quais estariam a divulgação dos salários, mas com a pressão presidencial para sua divulgação optou-se pela revelação dos valores pagos. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 29/05/12)

11- Força Aérea simula conflito aéreo em fronteira com a Venezuela

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a operação Venbra VI, de simulação de conflito aéreo, foi iniciada no dia 21/05/12 sobre a região amazônica na fronteira com a Venezuela. A simulação envolveu os turboélices A-29 Super Tucano da Força Aérea Brasileira (FAB), os jatos de vigilância do Esquadrão Guardiã do Brasil, os jatos K-8W Hongdu da Aviação Militar Bolivariana (AMB) e 10 aviões venezuelanos. O foco da operação foi a detecção de alvos de baixa altura. De acordo com o comandante da FAB, o brigadeiro Marcelo Mário Coutinho, a operação contabilizou aproximadamente

200 horas de voo e “as 21 saídas de interceptação executadas foram bem sucedidas.” Dois pilotos venezuelanos participaram como observadores a bordo dos Super Tucanos brasileiros, que quase foram comprados, em 2006, pela força Venezuelana, se não fosse o veto do governo estadunidense que alegou o fato dos jatos terem sistemas eletrônicos dos Estados Unidos, o que impediu a comercialização dos mesmos por parte do Brasil. (O Estado de S. Paulo – Política – 26/05/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, Graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).